

RESOLUÇÃO CDPFS/PF Nº 15, DE 12 DE MAIO DE 2023

Modificada pela Resolução CDPFS/PF nº 16, de 22 de agosto de 2024

Modificada pela Resolução CDPFS/PF nº 18, de 3 de dezembro de 2025

Estabelece normas e procedimentos para situações excepcionais de permanência de beneficiários no âmbito do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal - PF SAÚDE.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 55 do Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal - PF SAÚDE, aprovado pela Portaria DG/PF nº 16.598, de 23 de agosto de 2022, e alterado pela Portaria DG/PF nº 16.689, de 30 de setembro de 2022; e tendo em vista o deliberado na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do PF SAÚDE realizada em 20 de março de 2023; resolve:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para situações excepcionais de permanência de beneficiários no âmbito do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal - PF SAÚDE.

Art. 2º Ressalvados os casos de desligamento constantes no Regulamento Geral, o servidor poderá optar por permanecer no PF SAÚDE, devendo assumir integralmente o respectivo custeio das despesas, observando o disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, caso se afaste temporariamente do serviço na Polícia Federal em razão de:

- I - licença sem remuneração;
- II - licença para exercício de mandato classista;
- III - suspensão de remuneração ou proventos, mesmo que temporária;
- IV - licença para exercício de mandato eletivo;
- V - (Revogado pela Resolução Complementar CDPFS/PF nº 16, de 22 de agosto de 2024);
- VI - demais afastamentos legais.

§ 1º O custeio integral das despesas do PF SAÚDE é especificado no Anexo I desta Resolução, que corresponde aos valores das mensalidades sem qualquer desconto relativo ao custeio da União com a assistência à saúde suplementar.

§ 2º A orientação constante quanto ao custeio de forma integral também se aplicará em razão de permanência do beneficiário determinada por ordem judicial ou decisão administrativa.

Art. 3º Estando apto a permanecer no PF SAÚDE, conforme dispõe esta Resolução e o art. 5º do Regulamento Geral do PF SAÚDE, é de responsabilidade do beneficiário titular manifestar previamente o interesse, que poderá fazer seu requerimento por meio de:

- I - plataforma digital;
- II - canais telefônicos de atendimento; ou
- III - em último caso, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Parágrafo único. O requerimento deve ser apresentado antes da situação que enseje sua exclusão do PF SAÚDE.

Art. 4º Após o falecimento do servidor, os dependentes regularmente constituídos segundo as regras do PF SAÚDE poderão permanecer no PF SAÚDE mediante opção a ser efetivada junto ao PF SAÚDE.

§ 1º O PF SAÚDE deverá comunicar ao dependente acerca da possibilidade de permanência no PF SAÚDE.

§ 2º O dependente que optar por permanecer no PF SAÚDE deverá assumir integralmente o pagamento da mensalidade de acordo com os ditames desta norma, exceto se estiver na qualidade de pensionista.

§ 3º A opção de que trata o caput deverá ser efetivada em até trinta dias após a comunicação a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2023.

ANEXO I

(Redação dada pela Resolução CDPFS/PF nº 18, de 3 de dezembro de 2025)

Mensalidade – Situações excepcionais de permanência

FAIXA ETÁRIA	MENSALIDADE (R\$)
0 - 18	259,52
19 - 23	311,42
24 - 28	376,30
29 - 33	454,16
34 - 38	544,99
39 - 43	661,77
44 - 48	804,50
49 - 53	986,17
54 - 58	1.193,78
59+	1.544,13